

EDUCAR EM FAMÍLIA: O COLÉGIO AMORIM CARVALHO NA CORTE IMPERIAL (1882-1889)

Alessandra Frota Martinez de Schueler*
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

O presente trabalho aborda uma iniciativa de ensino privado e familiar na Corte imperial, na década de 1880, o Colégio Amorim Carvalho. Instituição de ensino primário e secundário, além de oferecer cursos de preparatórios para os exames de ingresso nas Faculdades do Império, o colégio era dirigido pelo médico e professor público José Joaquim de Carvalho, junto a sua esposa, Combinha de Amorim Carvalho. A análise da experiência desta instituição baseia-se na obra *O Collegio Amorim Carvalho*, redigida pelo próprio professor como relato de prestação de contas de sua administração, publicada em 1884. Por meio desta fonte, é possível perseguir algumas pistas para pensar as práticas artesanais de reprodução familiar do ofício docente, observando especialmente: programas do ensino primário e secundário e objetivos pedagógicos; representações sobre os alunos internos, semi-internos e externos; critérios de organização administrativa; divisão de tarefas e funções entre os membros da família e demais professores; resultados esperados pela direção; avaliação sobre as práticas pedagógicas e atuação do colégio no contexto da iniciativa particular na Corte imperial.

Palavras-chave: Iniciativa privada – História da Educação – Profissão Docente – Corte imperial

EDUCATION IN THE FAMILY: THE COLÉGIO AMORIM CARVALHO IN CORTE IMPERIAL (1882-1889)

ABSTRACT:

This study approaches one initiative of a private and familiar school in Corte Imperial, in the 1880, the Colégio Amorim Carvalho. This primary and secondary teaching institution, in addition to offer preparatory courses for people who wanted to get in the colleges of the Empire, was directed by the doctor and public teacher José Joaquim de Carvalho, along with his wife, Combina de Amorim Carvalho. The analysis of this school experience is based on the book *O Collegio Amorim Carvalho*, written by this teacher as a way of reporting the bills from his administration, published in 1884. Through this document is possible to pursue some tracks, that help us think about the artisanal practices of the family reproduction of the teaching career, observing especially: the programmes of the primary and secondary levels, as well as their pedagogical objectives; representations of the intern, semi-intern and external students; criterias of the administrative organization; division of tasks and functions among the family members and other teachers; expected results from the direction of the school; evaluation of the pedagogical practices and the performance of the school in the context of the private initiative in Corte Imperial.

Key - words: Private initiative – History of Education – Teaching career – Corte imperial

O presente trabalho investiga uma iniciativa de ensino privado e familiar na Corte imperial, na década de 1880, o Colégio Amorim Carvalho. Instituição de ensino primário e secundário, além de oferecer cursos de preparatórios para os exames de ingresso nas Faculdades do Império, o colégio era dirigido pelo médico e professor público primário José Joaquim de Carvalho Filho, junto a sua esposa, professora da escola primária e do jardim de infância, D. Combinha de Amorim Carvalho.

A breve análise da experiência do Colégio Amorim Carvalho aqui apresentada baseia-se fundamentalmente na obra *O Collegio Amorim Carvalho*, publicada em 1884.¹ Esta fonte nos proporciona uma instigante viagem ao passado, posto que nos permite recuperar as possíveis representações a respeito das diversas formas privadas de escolarização no século XIX (LIMEIRA, 2007). Por desta documentação, é possível observar: programas do ensino primário e secundário e objetivos pedagógicos; representações sobre os alunos internos, semi-internos e externos; critérios de organização administrativa; divisão de tarefas e funções entre os membros da família Amorim Carvalho e demais professores; resultados esperados pela direção, sua avaliação sobre as práticas pedagógicas e a atuação do colégio no contexto da iniciativa particular na cidade.

No documento, o administrador do colégio, José Joaquim de Carvalho Filho², discorre sobre a gestão da instituição particular, que dirigia ao lado de sua esposa, D. Combinha de Amorim Carvalho. Este casal de professores residia com a família na própria escola, ocupando ambientes comuns aos alunos e professores que a frequentaram, como era prática comum nas escolas e colégios organizados no âmbito doméstico, nas quais as funções públicas e privadas se imbricavam e eram indistintas, em que pesem as tentativas de constituição de um lugar específico para a educação e para a instrução observadas ao longo do século XIX (FARIA FILHO, 2000; VEIGA, 2002; LIMEIRA, 2007).

A referida publicação tinha o objetivo de apresentar a prestação de contas de sua administração escolar. O “ilustre” diretor do Colégio Amorim Carvalho, ao prestar contas de sua administração aos “pais de família”, buscou descrever o funcionamento de seu notável estabelecimento, tornando público também as normas prescritas da considerada boa educação à época. Ele fez circular através desta pequena obra determinados costumes, práticas e saberes pedagógicos, que faziam parte do projeto de civilização e de construção de um Estado Nacional, legitimando as regras propostas para a educação da “boa sociedade” (MATTOS, 1990), ao mesmo tempo em que projetava a imagem do seu estabelecimento como um espaço ideal de civilização, educação e de instrução.

De acordo com seu relato, o Colégio Amorim Carvalho, estabelecimento particular fundado em 1882, se localizava na Rua do Riachuelo, 82, centro da capital do Império. Oferecia três modalidades de ensino: jardim de infância, curso primário e curso secundário. A instituição admitia alunos internos, semi-internos e externos. As contribuições eram realizadas trimestralmente, devendo ser pagas impreterivelmente até o dia seis do primeiro mês de cada trimestre. As mensalidades eram as mesmas, independente da quantidade de matérias estudadas. Os internos dos cursos primário e secundário deveriam pagar a taxa extra de 50\$. Em relação à questão da higiene, em caso de moléstia os alunos podiam ser tratados no colégio ou não (se fossem tratados na escola, as despesas extras ficariam por conta da família). Somente deveriam ser tratados em casa os alunos que estivessem com moléstia contagiosa. Os alunos eram obrigados a mudar de roupa pelo menos duas vezes por semana, tendo que ter no enxoval, pelo menos, três mudas de roupa. A lavagem da roupa, quando feita no Colégio, custava uma taxa extra de trinta mil réis por trimestre.

O autor salientou que os pais de alunos somente deveriam arcar com o necessário, não sendo permitido outras formas de arrecadação de dinheiro por parte da escola. A

mesma não admitia atraso no pagamento de suas contribuições. Dos 125 alunos que constituíam o corpo discente do colégio no ano de 1884, 19 foram eliminados, sendo 6 por mau comportamento e 13 por inadimplência.

O relato de Amorim Carvalho descrevia as normas e o cotidiano idealizado para as práticas educativas e para as atividades dos alunos na instituição, desde a hora em que levantavam até a hora em que se recolhiam. A rotina começava às cinco horas da manhã, terminando às nove horas da noite. Durante o período matutino, os alunos tinham dois momentos de recreio (que duravam meia hora cada); duas horas de estudo e três tempos de aula (com duração de 50 minutos cada). No período vespertino, eles também tinham três tempos de aula (sendo dois com 50 minutos cada e o último com 1 hora), duas horas de estudo, cinco tempos de repouso (dois com 10 minutos, dois com 15 minutos e, o último, acompanhado de oração, durava meia hora).

O Colégio Amorim Carvalho oferecia os níveis de ensino primário e secundário, bem como a educação de crianças de 4 a 6 anos de idade em um jardim de infância misto. Segundo o diretor, o jardim de infância do colégio teria sido o “primeiro e único” estabelecimento da cidade a realizar a co-educação dos sexos (CARVALHO FILHO, p.7) . O espaço específico para o jardim de infância possuía os materiais pedagógicos necessários às crianças, inclusive um “*elegante e variado museu*” para o ensino dos modernos métodos intuitivos e das lições de coisas (CHAMON, 2005).³ Neste nível de ensino, só lecionavam senhoras e as atividades educativas eram independentes de outros espaços do colégio, inclusive prescrevendo-se diferentes tempos e momentos específicos para o recreio dos educandos. A vigilância e a inspeção do jardim de infância, bem como de todo o estabelecimento, ficava a cargo da mãe e da esposa do diretor. No decorrer de 1884, matricularam-se 19 meninos e 11 meninas no jardim de infância.

Já o curso primário, no ano de 1884, era constituído por 11 professores, sendo que apenas dois destes estiveram em efetivo exercício no colégio. Neste ponto, para explicar a exigüidade do número de professores em exercício no estabelecimento, Amorim Carvalho desenvolveu uma reflexão crítica a respeito do sistema de certificação e licenciamento docente realizado pelo Estado imperial. Segundo a sua perspectiva, apesar dos esforços empregados pelos professores da iniciativa particular, os resultados dos alunos nos exames e o rendimento escolar não foram satisfatórios, sobretudo, devido à precariedade da atuação de alguns professores auxiliares e substitutos. Afirmava então as dificuldades impostas ao recrutamento de professores nos colégios particulares, em razão da política oficial de concessão de títulos de capacidade para lecionar, muitas vezes, dispensando os exames e as provas públicas, o que contribuía para a “proliferação de maus professores primários”, comprometendo assim “a vida orgânica das casas de educação” (CARVALHO FILHO, p.9).

Matriculados durante o ano de 1884, os alunos do ensino primário do Colégio Amorim Carvalho somavam 44 meninos. Ao destacar a precariedade da formação dos docentes para atuar no ensino primário, Amorim Carvalho destacava a suposta superioridade das mulheres para o exercício do magistério nesse nível de ensino, anunciando aos pais de família que acabara de contratar duas professoras para o ano seguinte.

No que tange ao curso secundário, o diretor demonstrava maior satisfação com o seu corpo docente, sobretudo no que se referia à eficácia na preparação dos alunos para os exames públicos de preparatórios para as academias e faculdades do Império. Salientava ainda que os alunos inscritos para estes exames não podiam comparecer a eles sem a prévia autorização do diretor, caso contrário este não se responsabilizaria pelos resultados obtidos. Demonstrando uma estratégia de controle sobre os candidatos aos exames e a

estratégia de produção de uma imagem positiva do colégio, o diretor referendava a idéia de que a função precípua do ensino secundário particular era de se constituir um lugar privilegiado de preparação dos estudantes para o ingresso nas instituições de ensino superior do Império (HAIDAR, 1972). Segundo o relatório do diretor, nos anos de 1881, 1882 e 1883 o colégio obteve cerca de 70 aprovações entre as 118 inscrições realizadas pelos alunos para os exames. No ano de 1884, segundo ele, pouco mais de vinte alunos compunham o ensino secundário da instituição.

Ao explicar a reprovação de 15 alunos do Colégio Amorim Carvalho nestes exames, o autor reiterava a defesa da excelência de seu ensino. Primeiramente, justificava que cinco reprovações se deveram à injustiça da mesa examinadora de latim, a qual foi alvo de reação de vários examinandos. Por ocasião da banca de latim, os estudantes, revoltados, lançaram batatas e ovos chocos, embora, lembrava o autor, entre os revoltosos não teria havido “nenhum aluno do Colégio Amorim Carvalho”. Ainda entre os reprovados, quatro alunos prestaram os exames por “teimosia”, pois se inscreveram sem o consentimento e o conhecimento do diretor, que não os havia considerado prontos para os exames públicos. No entanto, seis alunos do colégio teriam sido reprovados com justiça. O autor se mostrava satisfeito com os louros do trabalho realizado pelo seu estabelecimento, esperando, é claro, por dias melhores. Foram citados ainda os nomes dos alunos que obtiveram mais destaque nos exames públicos.

Para legitimar a ação educativa da instituição e a importância do colégio no mercado da instrução na cidade, o relato de Amorim Carvalho expunha abaixo-assinados de pais dos alunos, declarando a satisfação com os professores e com os resultados de seus filhos nos exames, além do tratamento familiar por estes recebidos no Colégio Amorim Carvalho. Foram atestadas também a competência e moralidade dos professores. Dentre os signatários dos documentos, figuravam 18 nomes, sendo um delas o nome de uma mulher: Domingas Carolina Baptista. Dentre os pais, alguns se referiam como doutores, barões e tenentes-coronéis, evidenciando que o público escolar do estabelecimento era composto pelas classes médias urbanas e pelas classes senhoriais mais favorecidas da sociedade oitocentista.

Encontramos ainda nesta fonte alguns depoimentos em jornais. Ao todo são 16 anúncios.⁴ As redações dos jornais recebiam circulares e os estatutos do Colégio, nos quais eram divulgados elogios às suas práticas educativas, aos seus métodos e à sua organização, ao serviço interno, ao diretor, e às duas produções literárias de Amorim Carvalho. Nos vários anúncios, o Colégio Amorim Carvalho era recomendado, e apontado como um dos mais notáveis estabelecimentos presentes na capital do Império. Destacamos um fragmento de um anúncio que salientava a primorosa direção do professor Joaquim José de Carvalho Filho no curso secundário:

Este Collegio existente no Rio de Janeiro, á rua do Riachuelo n. 102 se recomenda aos Paes de familia por muitos títulos. A educação é dada em família, o método de ensino é o intuitivo, distribuindo-se com muita inteligência o tempo de estudo, aulas, recreios, ginástica, repouso etc. (p.20).

As propostas educativas do Colégio Amorim Carvalho foram divulgadas com maior clareza a partir de duas produções literárias de autoria do próprio diretor. Numa delas, intitulada *Palestra com os meus*, oferecida à sua filha, o autor desenvolveu reflexões sobre moral, história, física, geografia, astronomia, fenômenos atmosféricos, entre outros temas e saberes difundidos no ensino primário, visando a sua utilização para a educação intelectual das crianças matriculadas em seu estabelecimento. Em outra obra, *Manual de filosofia*,

uma brochura de cerca de 100 páginas, o autor se dedicava a organizar a reflexão do campo da filosofia numa linguagem que, segundo ele, interessava à instrução secundária, posto que auxiliava na preparação dos alunos para os exames de ingresso nas academias e faculdades do Império. O manual foi então redigido de acordo com os programas oficiais de filosofia exigidos para os exames gerais realizados na Corte e nas províncias.

Educar em família: práticas de aprendizagem e reprodução do ofício docente na Corte

Os “louros” do colégio Amorim Carvalho, e da produção didática e literária de seu diretor, se fundamentavam também no caráter familiar do estabelecimento. Atendendo a alunos internos e externos, o Colégio apresentava a vantagem de ser dirigido e administrado por uma família de professores, os quais residiam no espaço escolar e tratavam pessoalmente da organização de todas as atividades escolares e da educação física, intelectual e moral dos alunos. O diretor, sua esposa e sua sogra eram responsáveis pela gestão institucional e pela inspeção dos professores e alunos, além de também lecionarem nos variados níveis de ensino oferecidos.

No caso de D. Combinha Carvalho, esposa do diretor do colégio, ela aprendeu o ofício de professora quando atuava como professora auxiliar (adjunta) gratuita na escola pública do professor Amorim Carvalho, que, além de mestre do ofício, passaria a ser seu marido. A sua aprendizagem docente também teve lugar no ensino voluntário na Escola Militar de Polícia da Corte, instituição na qual se preparavam os menores aprendizes para a admissão na força pública. No Colégio da família, a professora do primário, era chamada carinhosamente pelos alunos de “mamãe Combinha”. Uma notícia de jornal informando o aniversário da ilustre professora ressalta as suas qualidades de educadora e mãe:

É hoje o aniversario da Exm^a. Sr^a. D. Combinha Carvalho, esposa do Sr. Dr. Joaquim José de Carvalho Filho.

Modesta e despretenciosa, como sabem ser as boas mães, a digna Senhora tem repartido seus carinhos com as crianças como educadora (...), hoje, no Collegio Amorim Carvalho, é chamada pelos meninos - a mamãe Combinha. (Gazeta da Tarde, 25 de setembro de 1883)

Em várias passagens do texto, o diretor reiterava a influência positiva da convivência dos alunos com a sua família, “cuja virtuosa Esposa toma a si os pequeninos e de menor idade para formar-lhes o coração e o character de um modo que é segredo próprio da mulher, e que só a esta é dado realizar”. A conservação da domesticidade conferia à educação oferecida no colégio o estatuto de espaço ideal para a educação das crianças e jovens, que não seriam privados da vida em família. As refeições eram tomadas em comum pela família Amorim Carvalho e os alunos no refeitório coletivo. Era inclusive permitido aos pais dos educandos que assistissem às refeições, sempre que o quisessem.

Para além da difusão de representações sobre o estabelecimento escolar como extensão da família e das relações de domesticidade, a análise da experiência vivida pela família Amorim Carvalho reitera a existência de uma prática cultural que parece ter sido comum entre grupos de professores e praticantes do ofício de ensinar: os casamentos endogâmicos e a recorrência de gerações de famílias atuantes no magistério, que resultavam das tradicionais formas de recrutamento e reprodução do ofício, por meio das experiências de formação artesanal ou pela prática da atividade docente (VILELLA, 2005; SCHUELER, 2002).

O ofício da docência, para além de se constituir atividade relacionada aos grupos de letrados (formados por uma minoria de homens livres, leigos ou religiosos, dos burgos

medievais e das cidades renascentistas européias), conservou, por muitos séculos, uma dupla feição, simultaneamente *artística* e *técnica*, o que lhe imprimia características artesanais e corporativas, tal qual ocorria com outros ofícios urbanos, propriamente manuais (RUGIU, 1998). Isto ocorreu porquê, em primeiro lugar, não raras vezes os mestres de primeiras letras se confundiam com os próprios mestres e artesãos das corporações de ofícios especializados, como os carpinteiros, os ferreiros, os alfaiates, entre outros. A própria denominação – mestre - então atribuída aos docentes de todas as ordens e graus, indicava a sua vinculação com as tradições das corporações de ofício e das corporações religiosas ou acadêmicas, formadas pelas universidades e colégios medievais (LE GOFF, 1998). Tendo aprendido com os mestres no interior dos sistemas de aprendizagem de ofícios, alguns artesãos ao mesmo tempo em que exerciam suas profissões manuais, executavam a tarefa de ensinar as primeiras letras, ora gratuitamente, ora como mais maneira de garantir a sua sobrevivência. De fato, pesquisas sobre a profissão docente na Europa e no Brasil, demonstraram a inexistência de uma rígida especialização profissional no século XIX, visto que não era incomum o exercício de outras atividades e profissões pelos professores.

Refletir sobre as práticas educacionais decorrentes dos sistemas de aprendizagem dos ofícios e das artes liberais, nos ajuda a pensar sobre a forma artesanal de reprodução da docência até, pelo menos, o final do século XIX, quando os mestres das escolas primárias, de certa forma, detinham o monopólio da transmissão das artes de ensinar, através da aprendizagem pela prática. A aprendizagem pela prática garantiria a própria sobrevivência do ofício pela sua capacidade de iniciar os aprendizes nos conhecimentos e técnicas necessárias à formação e à prática docente, mas também pela sua atuação eficaz na socialização, na qualificação e na inserção profissional dos novatos, futuros mestres responsáveis pelas suas próprias escolas e, por sua vez, encarregados da transmissão dos “segredos do ofício” àqueles que seriam potenciais aprendizes do ofício.

A função do mestre na sua tarefa de transmitir o ofício aos aprendizes da profissão docente não se resumia a ensinar (no sentido etimológico, marcar com sinais, imprimir as marcas de conhecimentos) as disciplinas escolares, mas incluía a tarefa de integrar os discípulos nas tradições sociais e culturais, transmitindo-os não apenas os saberes e as habilidades específicas às técnicas da escrita e da leitura, mas também valores morais, normas de conduta e comportamento corporais, regras entendidas como necessárias à sua inserção na convivência social:

[...] a educação, em ambos os casos [nas oficinas e no ensino de artes liberais] era dada principalmente pelo aprendizado de uma *traditio* feita de conhecimentos mais habilidades específicas, e pelas atitudes adequadas da personalidade, seja que ela dissesse respeito às regras projetuais e operativas e à fundamental ideologia do artífice, ou que dissesse respeito às regras intelectuais do estudante e do professor. (RUGIU, 1998, p. 30-31)

A formação de professores pela prática apoiava-se, portanto, muito mais na educação dos sentidos, dos hábitos, das condutas e regras (os “segredos”) do ofício do que, propriamente, em um suporte de textos, livros ou manuais. Razão pela qual, aliás, a história da reprodução artesanal do ofício é tão obscura, desconhecida, silenciada. O próprio conhecimento das práticas e das experiências docentes se constitui, para os historiadores, um desafio, no sentido de que é necessário um esforço significativo de “imaginação histórica” para interpretar os fragmentos, os sinais deixados por escassos

documentos, em busca de reconstruir possibilidades históricas, histórias verossímeis da reprodução do ofício (GINZBURG, 1989).

Ao regulamentar o ingresso dos professores adjuntos às escolas públicas, a Reforma da Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854 (Reforma Couto Ferraz) não instaurou simplesmente um *novo* modelo de formação docente, nem somente buscou inspiração em modelos e legislações estrangeiras, como se mantivesse o “olhar fora do lugar”. Ao contrário, a reforma legislativa, para além de instituir uma nova política oficial de formação de professores, subtraindo tal competência das Escolas Normais, referendava e consolidava práticas tradicionais de aprendizagem e de reprodução do ofício, ao passo que lhes conferia um caráter regulamentar e oficial, submetendo-as (ou tencionando submetê-las) à racionalização e ao controle estatal (GONDRA, 2003). Através da criação da categoria dos professores adjuntos, as autoridades do ensino na cidade legitimavam práticas antigas de ensino monitorial (BASTOS, 2005) e de reprodução da docência - que, não raro, era transmitida como ofício dos pais aos filhos.

Ao compreender os significados da implementação e o funcionamento do sistema de formação prática de professores adjuntos, é possível perceber também porquê a legislação estabeleceu como um direito dos professores públicos efetivos, com mais de 10 anos de exercício, a preferência para indicar os seus filhos para o preenchimento daquelas vagas. Uma primeira vantagem desta prerrogativa legal para os professores nos parece evidente: residia no fato de que eles poderiam assegurar para os seus filhos a formação necessária ao exercício do ofício, através da aprendizagem prática, abrindo o caminho para que pudessem ocupar os cargos públicos de magistério e também lecionar em colégios ou dirigir as suas próprias escolas particulares. Assim, não causa espanto o fato de encontrarmos entre os professores adjuntos da cidade do Rio de Janeiro, filhos de professores efetivos, na medida em que a própria legislação estimulava as práticas de transmissão familiar do ofício.

Esta era, evidentemente, uma das razões que podem explicar a existência de linhagens nos quadros do magistério carioca oitocentista, compostas de pais, mães, filhos e outros parentes (SCHUELER, 2002). Em outro sentido, como propôs Antonio Rugiu, as práticas de transmissão do ofício de pais a filhos podem indicar a permanência, na reprodução da docência, das regras de funcionamento dos sistemas de aprendizagem das corporações de ofícios artesanais, em um momento em que a divisão social do trabalho ainda não teria rompido plenamente com a “tradição hereditária” das profissões.

Um caso exemplar na Corte foi o da família Costa e Cunha. O patriarca da família, Antonio Severino da Costa, exercia o cargo de professor público primário na cidade desde, pelo menos, o final da década de 1830, quando encontrei o primeiro registro de seu nome nos quadros do magistério público. Nos anos 1870, este antigo mestre-escola teve a felicidade de ver três de seus filhos, Antonio Estevam da Costa e Cunha, Eudóxia Brasília da Costa e Jorge Roberto da Costa, ocupando cargos de professores primários nas escolas urbanas e suburbanas da cidade, primeiramente como adjuntos - fato para o qual, aliás, concorreria, intervindo, em seu próprio nome, junto à cúpula da administração do ensino. Assim, é que, em novembro de 1871, Antonio Severino da Costa solicitou, pessoalmente, ao Inspetor Geral a admissão de sua filha Eudóxia para disputar uma vaga de professora adjunta, ocasião em que apresentou a certidão de batismo, o atestado de moralidade e a sua autorização para que a mesma, então com 12 anos de idade incompletos, ingressasse na função docente.⁵

O caso desta família, evidentemente, não foi único. A documentação selecionada possibilita reconstituir outras redes de parentesco no magistério primário da cidade, seja em relação às evidências da passagem dos segredos do ofício dos pais aos filhos, ou dos

tios aos sobrinhos e afilhados, que ingressavam como adjuntos das escolas públicas, seja através da verificação de uma tendência ao casamento endógeno, ou seja, dos professores entre si. Neste caso estava João Rodrigues da Fonseca Jordão, professor público que exercia o magistério primário na escola de meninos da freguesia de Sacramento, área central da cidade, que era casado com a professora da escola pública de meninas da mesma localidade. O filho deste casal de professores primários, João Rodrigues da Fonseca Jordão, aos 12 anos de idade, iniciou suas atividades no magistério, tendo sido nomeado professor adjunto da escola regida por seu pai em 1871.

Em dezembro de 1872, o professor público da primeira escola primária de meninos da freguesia de Paquetá, Januário dos Santos Sabino, apresentava ao delegado de instrução, José Cerqueira, requerimento visando a admissão de seu filho como adjunto. O filho, então com 14 anos de idade, havia sido aprovado com distinção na escola em que lecionava seu pai, na referida freguesia. O interessante, neste caso, é que pude verificar o acolhimento do pedido do professor Januário pelas autoridades da Inspetoria, pois, em julho de 1879, seu filho, então adjunto, Januário dos Santos Sabino, contando 19 anos de idade, já se apresentava à Inspetoria Geral de Instrução Primária como candidato à efetivação no magistério público.⁶

Poderíamos, ainda, enumerar outros casos que, longe de indicarem uma regra, nos permitem sugerir a hipótese de que, na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, havia uma tendência de reprodução do ofício da docência no interior das próprias famílias de professores, através da formação dos filhos pelos pais. Evidentemente, não estamos querendo com isso dizer que todos os filhos de professores seguiram a profissão de seu pai ou de sua mãe, mas que, em grande parte das vezes, a aprendizagem do ofício começava, literalmente, no âmbito doméstico, através da formação pela prática de uma das atividades profissionais exercidas pelos membros da família. E, ainda, esta tendência à transmissão do ofício no interior do grupo familiar, dos pais aos filhos, parece indicar que uma parcela significativa do público alvo das escolas públicas primárias se constituía pelos próprios parentes dos professores ou por pessoas que integravam as suas redes de convívio social mais próximas.

Entretanto, é claro que nem sempre o recrutamento dos quadros docentes se deu pela transmissão dos saberes profissionais entre os parentes, na forma do sistema de aprendizagem prática no interior das escolas. As relações patrimoniais e pessoais, as práticas clientelísticas, as indicações políticas tiveram, evidentemente, grande peso no desenrolar dos processos dos concursos públicos e/ou de nomeações para as vagas de professores públicos primários. Nos extensos Códices de Instrução Pública, conservados pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, há ofícios, requerimentos, pedidos endereçados às autoridades do ensino, os quais visavam interceder pela escolha dos seus indicados para ocuparem cargos no magistério.

Assim, se não estamos aqui buscando estabelecer uma *regra* na reprodução da docência, tendo em vista a multiplicidade das trajetórias de vida profissional, a diversidade das experiências de socialização e das possíveis motivações que levaram àqueles homens e mulheres ao ingresso no ofício, a referência à influência familiar, direta ou indiretamente, foi recorrente nos discursos e nos registros produzidos pelos professores e professoras da cidade, considerando-se as décadas de 1870 e 1880.

Embora estas hipóteses ainda mereçam aprofundamento a partir do desenvolvimento da pesquisa empírica, à guisa de conclusões preliminares, é possível apontar para as possibilidades de investigação a respeito da experiência pessoal e profissional de professores primários, observando a existência de casamentos endogâmicos e a recorrência de famílias que se reproduziam no ofício. A atuação em escolas e colégios

particulares, como professores, diretores e/ou proprietários, não se constituía fato incomum entre algumas das trajetórias docentes na cidade do Rio de Janeiro.

Do mesmo modo, o cruzamento de variadas fontes tem sugerido a hipótese de que o exercício da docência como ofício realizado pela família (incluindo casais de professores, ascendentes e descendentes, sobrinhos e afilhados) era uma prática cultural e social que, entre outras coisas, apontava tanto para as imbricações entre o público e o privado, quanto para estratégias de reprodução e manutenção do ofício entre os membros da corporação docente. Algumas experiências da iniciativa privada apontam para a recorrência da reprodução familiar do ofício e da manutenção dos estabelecimentos por membros de uma mesma família ou de um mesmo grupo de relações parentais e pessoais (CHAMON, 2006), como foi o caso do Colégio Amorim Carvalho aqui brevemente analisado.

Bibliografia:

BASTOS, Maria Helena. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. V. II – século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 34-51.

CARDOSO, Tereza. Raízes históricas da escola pública no Rio de Janeiro. In: ALVES, Claudia; MAGALDI, Ana; GONDRA, José (Orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 117-145.

CARVALHO FILHO, José Joaquim de Amorim. **O Collégio Amorim Carvalho**. Rio de Janeiro, 1884, 36 fls.

CARVALHO, José. **A Construção da Ordem**. A elite política Imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CATANI, Denice. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

CHAMON, Carla S. **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora**. Tese (doutorado). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1992.

FARIA FILHO, Luciano. A instrução elementar no século XIX. IN: FARIA FILHO, Luciano; LOPES, Eliane. (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

GARCIA, Inara. **Certame de atletas vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)**. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. **Mitos, Emblemas e Sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

GONDRA, José. **Artes de Civilizar**. Medicina, Higiene e Educação na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José; LEMOS, Daniel. A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. Formas e Estratégias Educativas. **Revista do Rio de Janeiro**. 13-14, maio/dez 2004, p. 69-84.

GONDRA, José. A educação conciliadora: tensões na elaboração, redação e implementação das reformas educacionais. **Educação em Questão**. V.12/13, (jul./dez.2000 – jan./jun 2001) . Natal: Editora da UFRN, 2003, p. 51-63.

GOUVÊA, Maria Cristina. Mestre: profissão professor (a) – processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial. **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº 2, Campinas: Autores Associados, 2001, p. 39-59.

HAIDAR, Maria de Lourdes. **O Ensino Secundário no Império Brasileiro**. São Paulo : EDUSP, 1972.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº 1, 2001, p. 9-44.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2003.

LEMOS, Daniel. **O discurso da ordem**: a constituição do campo docente na Corte imperial. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMEIRA, Aline. **O comércio da instrução**: um exame das propagandas no Almanak Laemmert (1844/1859). Monografia de conclusão de Graduação em Pedagogia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir**: a instrução popular na Corte imperial.(300 fls.) Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo, Ed. Hucitec, 1990.

MENDONÇA, Ana Waleska ; CARDOSO, Tereza. A gênese de uma profissão fragmentada. **Anais do IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, Sociedade Brasileira de História da Educação, Uberlândia, 2006, CD-ROM.

NEVES, Guilherme Pereira. Aulas. In : VIANFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, p. 53-59.

NEVES, Guilherme Pereira. **O Seminário de Olinda**. Educação e Cultura nos Tempos Modernos. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 1984.

NÓVOA, Antonio. O passado e o presente dos professores. **Profissão: professor**. Porto: Porto editora, 1995.

NÓVOA, Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e do desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, nº 4, 1991.

NÓVOA, Antonio. **Le Temps de Professeur**: analyse socio-historique de le profession enseignante au Portugal. 2 volumes, Lisboa: INIC, 1987.

NUNES, Clarice. História da educação: espaço do desejo. **Em aberto**. 9 (47), jul.-set. 1990.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, 6, 1992.

ROSA, Walquiria. Profissão docente e escolarização em Minas Gerais: exames para o provimento das cadeiras de instrução pública (1846-1850). **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Sociedade Brasileira de História da Educação, Uberlândia, 2006, CD-ROM.

RUGIU, Antonio. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas : Autores Associados, 1998.

SCHUELER, Alessandra. A longa peregrinação de um professor da roça na Europa. In: MIGNOT, Ana; GONDRA, José (Orgs.). **Viagens Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007 (prelo).

SCHUELER, Alessandra. Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão. **Revista brasileira de história da educação**, Campinas, v. 9, n. jan./jun., p. 109-139, 2005.

SCHUELER, Alessandra. **Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias. (1870-1890)**. Doutorado em Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

SILVA, Geraldo. **Educação Secundária: (Perspectiva histórica e teoria)**. São Paulo. Ed. Nacional, 1969.

SOUZA, Maria Cecília. Professores e professoras: retratos feitos de memória (Brasil, final do século XIX e início do século XX). Fontes, objetos e perspectivas da pesquisa em história da educação no século XIX. In: GONDRA, José (Org.). **Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX**. Bragança Paulista, Editora da Universidade de São Francisco, 2001, p. 73-96.

TANURI, Leonor. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, USP, Maio a Agosto, nº 14, Anped, 2000.

TAMBARA, E. Profissionalização, Escola Normal, e Feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. **História da Educação/ ASPHE**, v. 2, nº 3, abril, 1998.

TEIXEIRA, Giselle. **Caminhos do saber escolarizados: produção, controle e circulação de livros nas escolas primárias da Corte Imperial**. Monografia de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

UEKANE, Marina. Escolas normais, institutos ou seminários – um debate acerca da formação de professores no século XIX. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Sociedade Brasileira de História da Educação, Uberlândia, 2006, CD-ROM.

UEKANE, Marina. **“Educar no Método de Educar”**: Um estudo acerca da formação de professores na Corte Imperial. (1854 – 1888), Monografia de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

VECCHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. V. II – século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005, p.78-90.

VEIGA, Cynthia. A institucionalização das cadeiras de instrução elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da profissão docente. **Anais do II Congresso**

Brasileiro de História da Educação. Sociedade Brasileira de História da Educação, completar, 2002, CD-ROM.

VIDAL, Diana & allii. **A memória e a sombra.** A Escola Brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

VILLELA, Heloísa; GASPARELLO, Arlete. Uma identidade social em formação: os professores secundários no século XIX brasileiro. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação.** Sociedade Brasileira de História da Educação, Uberlândia, 2006, CD-ROM.

VILLELA, Heloísa. Do artesanato à profissão – representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** V. II – século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 104-115.

VILELLA, Heloísa. Imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX. In: GONDRA, José (org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX.* Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001, p. 97-108.

VILLELA, Heloísa. **Da Palmatória a Lanterna Mágica: A Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação Profissional (1868-1876).** Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2002.

VILLELA, Heloísa. O mestre e a professora. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autentica, 2000.

Recebido em: agosto/2007

Aprovado em: setembro/2007

* Doutora em Educação, Mestre em História, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Faculdade de Educação da UERJ.

¹ CARVALHO FILHO, José Joaquim de Amorim. O Collégio Amorim Carvalho. Rio de Janeiro, 1884, 36 fls. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada em comunicação oral no I Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro, realizado na Universidade Federal Fluminense, em junho de 2007.

² José Joaquim de Carvalho Filho, médico, além de dirigir o Colégio Amorim Carvalho, administrou a Escola Regimental do Corpo Militar de Polícia da Corte. Antes de exercer a função de diretor de estabelecimentos escolares, ele atuou por consecutivos anos como professor em colégios particulares da corte.

³ Na Corte, outros colégios particulares utilizavam o ensino intuitivo e as lições de coisas, como por exemplo, o Colégio Menezes Vieira e o Colégio Andrade, dirigido pela professora mineira Guilhermina Loureiro de Andrade, cuja trajetória foi analisada por Chamon (2005). É interessante lembrar que esta professora também se originou de uma família de professores, tendo dividido com algumas de suas irmãs o ofício e a direção dos estabelecimentos que criou na Corte, em Minas e em São Paulo.

⁴ Os anúncios eram veiculados em jornais da Corte e de outras províncias do Império, indicando a circulação de informações sobre os estabelecimentos escolares e as práticas recorrentes de migração de estudantes do

interior para os cursos preparatórios da capital: O Progressista (julho, março de 1884), Redação do Nortista, Redação do Espírito-Santense, Redação do Cearense, Rezendense, O constitucional de Macahé, A sentinella-S. Fidelis, Brazil, O Bananal, Gazeta da Tarde, Gazeta de Taubaté, Redação do Cruzeiro, Redação do Brasil, Redação do Jornal de Penedo, Jornal do Comércio (anos de 1883 e 1884).

⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 11.1.25. Requerimentos. Resumo dos documentos referentes à Eudóxia Brasília da Costa: doc.1: Antonio Severino da Costa apresenta Certidão de Batismo de Eudóxia, nascida a 12/10/1862, batizada na Glória, sua filha e de D. Joanna Luiza de Sá Costa; doc. 2: apresenta atestado do Professor Público Augusto Candido de Xavier Cony, 11/06/1871, afirmando que a candidata foi sua aluna, aprovada com distinção e moradora na Rua da América, 91 A; Doc 3: apresenta atestado de bacharel, professor de aritmética prática de magistério, engenheiro Luiz Pedro Diogo, dando contínuas provas da inteligência da candidata; doc. 4: apresenta atestado do Colégio Pinheiro, datado de 15/06/1871, onde Eudóxia se preparava para o exame público das matérias do primário a ser realizado pela Inspetoria Geral. Em 1874, Antonio Severino da Costa solicitava ao Inspetor Geral o cargo de adjunto, desta vez para outro filho, Jorge Roberto da Costa.

⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 11.4.36. Ofício do Barão de São Felix ao Ministro do Império, datado de 11/07/1879, no qual o Inspetor Geral “aconselhava” o Ministro liberal, Carlos Leôncio de Carvalho, emitindo parecer favorável ao pedido do professor adjunto da escola pública de meninos de Paquetá, Januário dos Santos Sabino, para se candidatar ao cargo de professor público efetivo.